

Memória e história: o Movimento Estudantil em tempos de transição democrática (1974 – 1984)

GISLENE EDWIGES DE LACERDA*

Introdução

Neste artigo, parte das análises desenvolvidas em minha dissertação de mestrado às quais dou sequência em minha pesquisa de doutorado, tenho como foco compreender que o processo de transição democrática no Brasil é formado por duas vertentes: a militar e a civil. No entanto, atribuo atenção especial ao papel da sociedade civil organizada em movimentos sociais no alargamento do processo de abertura política. Busco debater com a historiografia produzida que analisa o processo de transição democrática no país, demonstrando minha visão, a partir da pesquisa desenvolvida, a cerca do papel do Movimento Estudantil como o precursor nesse processo.

Buscando dialogar com a historiografia produzida sobre o Movimento Estudantil nas décadas de 1970 e 1980, contraponho a memória dos militantes deste período, suas visões sobre a atuação do movimento e a importância de sua geração na luta pela democracia. Através de uma pequena reflexão sobre o sentido da memória, busco analisar as entrevistas realizadas e estabelecer considerações sobre esse diálogo entre memória e historiografia.

O processo de transição democrática e o Movimento Estudantil

O ano de 1974 inaugurou uma nova fase da Ditadura Militar no Brasil. Nesse ano iniciou-se um longo processo de transição para o retorno da democracia no Brasil marcado por duas frentes: a militar e a civil. Relativa à frente militar, temos o general Ernesto Geisel que assume em 1974 a presidência da República, tendo como vice o general Adalberto Pereira dos Santos. Geisel, “embora formalmente filiado ao chamado grupo castelista, dele não parecia ter herdado nenhum vestígio do que fora a perspectiva

* Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

internacionalista-liberal, pelo menos no âmbito da política econômica” (REIS, 2005: 64). Para o Daniel Aarão Reis,

No plano político-institucional, o governo Geisel definiu a abertura lenta, segura e gradual, o que equivalia a uma retirada, a operação militar mais delicada, como se sabe. Qualquer descuido, e a retirada vira debandada. Era necessário o maior cuidado para que as coisas se passassem em ordem e paz. Para isso Geisel contava com a grande maioria da imprópriamente chamada classe política, com os moderados de todos os bordos e com a ampla maioria da sociedade, hostil à ditadura. Mas também adversária de políticas radicais de enfrentamento, como ficara demonstrado pela atitude de neutralidade passiva, assumida em relação às ações e lideranças identificadas. (REIS, 2005: 65).

Entretanto, os militares, para se manterem no poder e no controle da transição para a democracia, adotaram uma política de abertura do regime que mesclava medidas liberalizantes e repressivas. Segundo Maria Paula Araújo, na época, muitos intelectuais, seja do meio acadêmico ou militante, compreenderam o projeto de abertura como fruto das divisões internas do próprio regime e como uma estratégia para ampliar a institucionalidade da ditadura, ao criar uma “democracia fechada” (ARAUJO, 2007: 209). “Mas também apontavam a fluidez desse projeto e a possibilidade que a sociedade tinha de interferir no seu curso, aprofundando e alargando a abertura” (ARAUJO, 2007: 209). Desta forma, a transição democrática não foi controlada apenas pelos militares, uma frente civil também marcou esse processo. A sociedade civil se reorganizou e promoveu inúmeras ações de pressão ao regime, alargando os limites da abertura, através dos movimentos sociais organizados, como foi o caso do Movimento Estudantil.

Donald Share e Scott Mainwaring, em estudo que compara a transição do autoritarismo para um regime democrático na Espanha e no Brasil, elaboraram uma teoria conhecida como “transição pela transação”. Para os autores essa teoria se refere a casos em que o regime autoritário dá início à transição, fixando alguns limites para a mudança política e permanecendo como uma força eleitoral relativamente importante durante a mesma. Sendo assim, a noção de “transição” sugere negociação entre as elites do regime autoritário e da oposição democrática (1986: 207).

Para a vertente da “transição pela transação”, quando esta é iniciada por regimes autoritários conservadores, pode-se esperar que as lideranças regulem as mudanças socioeconômicas estruturais (SHARE & MAINWARING, 1986: 211), já que “os

líderes da transição ajudaram a preparar o golpe em 1964 e ocuparam relevantes postos durante a maior parte do regime” (SHARE & MAINWARING, 1986: 212).

Para os teóricos da “transição pela transação”, apesar de afirmarem que o regime autoritário não conseguiu controlar totalmente a transação, ele designa papel central para as elites políticas que direcionam o processo, valorizando a negociação existente entre elites e oposição, dando, porém, à oposição papel secundário no projeto de transição. Para os mesmos autores, a condição para se estabelecer um processo de transição era a estabilidade política e econômica, ambas oriundas de ações do governo.

Para os autores da teoria da “transição pela transação”, por volta de 1973, o Brasil apresentava condição satisfatória, pois o regime tinha aniquilado a guerrilha de esquerda, “esmagado os movimentos populares e domesticado o restante da oposição”, destacando que entre 1967 e 1974 a economia cresceu e o milagre econômico que acabou em 1973 ainda teria efeitos por alguns anos (SHARE & MAINWARING 1986: 221).

Embora a teoria da “transição pela transação” defina bem a realidade brasileira na análise política do período, destacando a influência que o regime exerceu no processo de transição democrática, o papel da sociedade civil, colocado em segundo plano, necessita ser analisado. Lamonier apresenta características de uma transição negociada, no caso brasileiro, pautada em ações do governo e da sociedade civil. Segundo o autor,

A abertura brasileira não teve nenhum marco nítido, nenhuma ruptura dramática. (...) ela se processou mediante um relaxamento progressivo dos controles, uma gradativa redistribuição do poder impulsionada e monitorada pelo calendário eleitoral. Os espaços que se iam abrindo, à medida em que avançava a luta eleitoral, foram sendo ocupados pela oposição – aí compreendia tanto a oposição propriamente política como a que se convencionou chamar de ‘sociedade civil’ (1990: 16).

Torna-se importante colocar em pauta o significado das outras forças presentes no processo de transição brasileira e que são relegadas a segundo plano, em proveito do papel das elites políticas. Segundo Boschi, muitas outras forças compuseram o cenário da transição, entre as quais, destaca-se a ação dos movimentos sociais que possuem características próprias de atuação e, em momentos de transição, se apresentam como uma alternativa. Para o autor,

Sobretudo em uma conjuntura de transição de regimes autoritários, os movimentos sociais poderão ser cruciais para o estabelecimento de alternativas institucionais e novos padrões de organização social, que prontamente preencheriam os espaços deixados em aberto pela ação do Estado (BOSCHI, 1987: 38).

Assim, a década de 1970 presenciou um efeito “panela de pressão” em que emergiram, no contexto de transição, muitos movimentos sociais, após anos de silêncio forçados pela ação repressora da ditadura militar, contribuindo para a transição democrática e surpreendendo o regime, que tinha o objetivo de controlar as rédeas do processo. Para Boschi,

A intensificação das práticas associativas de natureza politizada certamente não estava incluída nos planos governamentais. Quando muito o projeto de abertura tinha por objetivo uma sociedade domesticada, com grupos de interesses atuando dentro de estreitos limites. Contudo, o chamado modelo “panela de pressão” possibilitou exatamente o contrário, na medida que a sua implementação requeria a manutenção desses controles. Ainda que a politização de segmentos organizados da sociedade não tenha ameaçado o projeto de transição gradual para a democracia, ela certamente afetou seu ritmo (BOSCHI, 1987: 138).

Entendo que na análise da “transição pela transação” as elites tomaram a iniciativa de promover a liberalização, e o papel da mobilização popular foi colocado como fator secundário. Entretanto, assim como diz Bocshi (1987: 142), compreendo que a existência de uma sociedade mobilizada, simultânea ao processo de abertura política, constitui um dos principais fatores para permitir uma transição, para a democracia, pacífica e gradual. Nas palavras de Boschi, “No Brasil a sociedade organizou-se no decorrer do período autoritário (...), emergindo integralmente no momento da abertura” (BOSCHI: 1987: 143).

A sociedade brasileira no período da transição tinha como característica, manifestações coletivas que se tornaram mais frequentes no final de 1970. E, à medida que o processo de abertura ia seguindo, uma sociedade significativamente mobilizada surgia no horizonte político.

Desta forma, os movimentos sociais foram um dos elementos de transição política. Segundo Eder Sader, foram esses movimentos que intensificaram a situação de crise e apontaram para a necessidade de uma transformação social no país. Nas palavras do autor,

Eles (os movimentos sociais) expressaram tendências profundas na sociedade que assinalavam a perda de sustentação do sistema político instituído. Expressavam a enorme distância entre os mecanismos políticos instituídos e as formas de vida social. Mas foram mais do que isto: foram fatores que aceleraram essa crise e que apontaram um sentido para a transformação social. Havia neles a promessa de uma radical renovação da vida política. Apontaram no sentido de uma política constituída a partir das questões da vida cotidiana. Apontaram para uma nova concepção da política, a partir da intervenção direta dos interessados. Colocaram a reivindicação da democracia referida às esferas da vida social. (1988: 313).

Assim, os movimentos sociais que se constituíram na década de 70, na transição democrática, com suas formas de expressão, tornaram-se um elemento da vida política brasileira, colocando-se como sujeitos num espaço público além do sistema de representação política. (SADER, 1988: 314).

Paralelamente a esse “renascimento” dos movimentos sociais, com o governo Geisel teve início uma “política de distensão”. Tratava-se de um programa de medidas de liberalização cuidadosamente controladas, definido no contexto do slogan oficial de “continuidade sem imobilidade”. A distensão seria obtida em estágios bem definidos, a começar com a suspensão parcial da censura, as negociações com a oposição para o estabelecimento de parâmetros para os direitos humanos, seguidas de reformas eleitorais, e a revogação de medidas mais explicitamente coercitivas. (ALVES, M. H., 1984: 186).

Neste contexto, o Movimento Estudantil na década de 1970 foi um destes movimentos sociais que teve papel primordial neste processo de transição. Ele foi o primeiro a retornar com as mobilizações e manifestações de rua, entre outras ações, mostrando-se como resistência na luta contra o regime, após anos de silenciamento gerados pela repressão da Ditadura (ARAÚJO, 2004: 167).

Assim, o movimento estudantil, como os demais movimentos, apresentava uma pauta dupla de lutas: por um lado lutava pelas liberdades democráticas no país, seguindo orientações de grupos de esquerda que nele atuavam; por outro, lutava pela reconstrução da UNE, sua entidade representativa, que havia sido desmantelada totalmente após o desaparecimento de seu último presidente, em 1973.

Torna-se importante compreender sobre que democracia falam os estudantes deste contexto, que em grande parte, pertenciam a grupos de esquerda que atuavam no

interior do movimento estudantil e portanto tinham diferentes ideologias e visões da democracia pela qual lutavam neste contexto.

Na concepção liberal da Democracia, a participação no poder político, que sempre caracterizou um regime democrático, é atingida através de garantia de liberdades individuais, como a liberdade de expressão, de reunir-se ou associar-se para influir na política, e o direito de eleger representantes. Contudo, não é muito diferente a relação entre Democracia e socialismo, quando a analisamos como um complemento ao regime representativo, pois a democracia, para o socialismo, configura-se um elemento necessário. Porém, a mudança que aparece da doutrina socialista para a liberal é, segundo Bobbio, o modo de entender o processo de democratização do Estado.

Na teoria marxista-engelsiana, para falar apenas desta, o sufrágio universal, o aprofundamento do processo de democratização da parte das doutrinas socialistas acontece de dois modos: através da crítica da Democracia apenas representativa e retomada de alguns temas da Democracia direta e através da solicitação de que a participação popular e também o controle do poder a partir de baixo se estenda dos órgãos de decisão política aos de decisão econômica. (BOBBIO, 2007: 324).

Sendo assim, Democracia é um ponto defendido pelas duas doutrinas, pois se caracterizam com um elemento complementar e necessário. A ideia do voto e da participação popular é presente em ambas as visões, sendo que, na liberal, ela se apresenta como uma forma representativa, o que difere da socialista, que busca uma participação direta do povo, não apenas na política, mas também na economia. Superada a visão de incompatibilidade entre democracia e socialismo, esse tido como autoritário, a democracia é vista pelos defensores do socialismo como um passo necessário no processo de transição do capitalismo para o socialismo.

A atuação dos grupos socialistas pelas liberdades democráticas era coerente. Contudo, seu fim último era preparar as bases para uma transformação na estrutura política e social, preparando as condições para uma revolução socialista e para a instauração desse regime. Essa reflexão faz-se significativa, pois, num quadro de lutas pela redemocratização do país, por mais que o ME fosse unificado, o que se esperava de uma democracia não era unânime. Como exemplo, muitos grupos socialistas viam na democracia política um passo para se chegar ao socialismo, em que seriam democratizadas, não só a política, mas também a economia.

A luta pela democracia era combinada com a luta pelo socialismo. Isso vai resultar em diferentes opções estratégicas em terreno partidário e opções táticas de luta, que perceberemos nos diferentes grupos existentes dentro da Esquerda e do Movimento Estudantil.

Contudo, redemocratizar, palavra recorrente no vocabulário desta época, apresenta um sentido variável de acordo com cada sujeito e com cada grupo político. Para Jorge Sanglard, militante da tendência Estratégia / Centelha, redemocratizar estava ligado à ética na política.

Redemocratizar se relaciona com a questão da ética na política porque você tava com uma ditadura que quebrou as regras da democracia. Então você tinha que retomar a questão da ética, que era fundamental. Segundo, você ter uma ordenação jurídica e um estado de direito democrático pra você aí sim colocar as questões das diferenças da sociedade e aí lutar pra prevalecer a sua, a vontade do que é melhor. Além disto, o Brasil optou por eleições diretas. O espaço democrático de disputa eleitoral. Então você tem que entender as regras do jogo que lhe foram colocadas, porque o Movimento Estudantil, num determinado ponto foi empurrado pela ditadura pra tomar as atitudes que tomou pra enfrentar a ditadura, no período de 1974 e 1979, o Movimento Estudantil foi empurrado. O fechamento chegou a tal ponto, a repressão chegou a tal ponto que a única alternativa que o Movimento Estudantil teve foi rebelar contra a Universidade. Quando você inicia a redemocratização e tem anistia, muda o quadro político, você tem um processo eleitoral no Brasil quando o resultado das eleições passou a ser respeitado, e onde as eleições passaram a prevalecer. Aí você tem um novo quadro, e aí as forças passaram a acumular experiência e disputar dentro do quadro que ta colocado na sociedade. Eu acho que é aí que a esquerda não conseguiu se consolidar como alternativa de mudança substancial. (Jorge Sanglard, entrevista de pesquisa).

Para Flávio Bitarelo, ex-militante da tendência LIBELU, de orientação trotskista, redemocratizar era um termo habitualmente usado por setores da sociedade civil como OAB, Igreja, ABI, entre outros. No entanto, para seu grupo, o termo era claro: “abaixo a ditadura militar”, ou seja, a luta pela redemocratização do país objetivava o socialismo, entendendo a democracia como um meio para atingi-lo.

O termo redemocratizar era um conceito mais do pessoal juristas, pessoal da OAB, da ABI, das chamadas entidades da sociedade civil. Você redemocratizar, pra eles era voltar ao estado de direito, essa linguagem deles (...) A nossa linguagem era abaixo a ditadura militar. Mas já colocava o socialismo. A gente defendia abertamente que a gente queria o socialismo. Divergimos já na forma de chegar lá, se é através da reforma ou se é através da revolução, mais a

esquerda defendia o modelo da Revolução Russa, soviéticos, aquela discussão toda que tem em cima da Revolução Russa. (Flávio Bitarello).

Redemocratizar, como conceito, é variante, porque não unificava a finalidade última da luta pela democracia entre os diferentes grupos que atuavam no interior do Movimento Estudantil. Contudo, uma coisa era única: a luta pelas liberdades democráticas. Independente do fim desejado pelo grupo ou sujeito, o meio era a luta pelo restabelecimento das liberdades democráticas no país, na qual o Movimento Estudantil se colocou como sujeito central.

Memória e História: a geração de 1970 do Movimento Estudantil

Utilizando neste trabalho como uma fonte central a memória, neste ponto faz-se necessário pensar sobre a memória e sua relação com a história. A memória tem configurado uma verdadeira explosão no mundo contemporâneo, indicando para uma “cultura de memória” que, segundo Elizabeth Zelin (s/d.: 9) coexiste e se reforça com a valorização do efêmero, o ritmo rápido, a fragilidade e a transitoriedade dos feitos da vida. A memória possui um papel significativo de fortalecimento da identidade de grupos e comunidades. Devido a isso, a memória tem sido objeto de muitos debates e originado muitos trabalhos nas ciências humanas. Responsável por abrir ao pesquisador possibilidades de análises novas, a memória apresenta características peculiares e que merecem reflexões cuidadosas.

Para Pollack o que está em jogo na memória é o sentido da identidade individual e do grupo (1989: 10). Essa afirmação é percebida entre os entrevistados desta pesquisa que, ao demonstrar seu interesse em nos conceder a entrevista, em grande parte a colocam como uma forma de resgatar a memória, a história e a identidade do Movimento Estudantil.

Para Ângela de Castro Gomes (1988: 7–8), é próprio dos depoimentos orais verificar os fatos do “passado” de forma muito particular, dando-lhes uma nova dimensão. “Afinal, o ‘passado’, que para o pesquisador é uma questão a ser compreendida, para os depoentes é a vida vivida” e sofrida sem glórias e reconhecimentos. Assim, alguns dos entrevistados reconhecem, no seu passado narrado, uma forma de reconhecimento e valorização de sua vivência individual e coletiva,

marcada por diferentes emoções e momentos, e que permanece até hoje sem reconhecimento de sua importância para a história.

Pensando também neste trabalho sobre a memória política percebemos que a mesma traz em si uma propensão maior para realizar juízos de valores, visto que o sujeito não se satisfaz em narrar fatos, mas necessita julgar os mesmos, demarcando sua posição e apresentando formas de um discurso valorativo. Sobre esse ponto, Bosi diz que

A experiência política, enquanto partidária, necessariamente vai modelando, com o tempo, formas de discurso valorativo, convencional, 'ideológico' que podem esconder o teor mais objetivo da fala testemunhal, formas que vão ficando cada vez mais parecidas com as da crônica oficial geralmente celebrativa (1994:458).

Percebo estes juízos de valor presentes nas narrativas orais dos entrevistados desta pesquisa em três âmbitos. O primeiro diz respeito ao julgamento de sujeitos e grupos quanto à posição política e ideológica vivenciada no período estudado do movimento estudantil, de forma a valorizar ou desvalorizar posturas políticas diante de determinados acontecimentos. Outro ponto está no tocante a opções políticas atuais de “ex-companheiros” do Movimento Estudantil, classificando positiva ou negativamente o sujeito e o grupo, movimento ou partido ao qual o indivíduo está vinculado atualmente. Por último, o juízo de valor diz respeito à sua própria participação e à participação de sua geração, na história do país. Sobre esse último, a partir das entrevistas, percebi que muitos ex-militantes afirmam não haver uma valorização da geração de 1970, da qual são parte integrante. Contudo, enxergam-se como parte da “geração vitoriosa” que, ao contrário da “geração de 1968”, conseguiu vencer os desígnios da ditadura militar e alcançar, por meio de inúmeras ações, o objetivo de redemocratizar o Brasil.

Apresento aqui algumas falas de ex-militantes sobre a importância do Movimento Estudantil na década de 1970, destacando o momento de ressurgimento das ações organizadas de rua em 1977 que reorganizou a sociedade civil e o papel da geração de 1970.

Para Ignacio Delgado, ex-militante do ME e entrevistado desta pesquisa, o ano de 1977, através das ações realizadas em São Paulo, iniciou um grande ciclo de manifestações que atingiriam todo o Brasil e que foram protagonizadas pelo Movimento

Estudantil. Esse foi o responsável por abrir espaço para os outros movimentos que surgiam e/ou ressurgiam, permanecendo até 1978 como protagonista, até a ascensão do movimento operário.

O grande marco nessa época foi o ano de 1977.- a mobilização de São Paulo, que abre um ciclo de grandes mobilizações, até o início dos anos 80. Quando o Movimento operário surgiu mais intensamente, esse protagonismo do Movimento Estudantil foi refluindo. Havia um filme que rolava pelos DCE's do Brasil inteiro entre 1977 e 1978 que chamava "o apito da panela de pressão", retratando essas primeiras mobilizações de 77 e 78. A gente dizia o seguinte que o ME era isso, o apito da panela de pressão. (...) De 1977 a 1979, todavia, especialmente nos dois primeiros anos, o ME foi o Xodó da galera. Com as greves do ABC isso foi se tornando cada vez menos expressivo e, na década de 1980, o movimento foi perdendo muito dessa visibilidade. Não é que perdeu combatividade. Muitas lutas ocorreram, o Movimento Estudantil foi fundamental na luta pelas diretas, foi fundamental na luta contra o Collor, em todas estas lutas na sociedade ele esteve presente. Todavia, em dois anos pelo menos, - 1977 e 1978 - ele foi dos movimentos sociais o de maior visibilidade, porque os outros estavam adormecidos ou contidos pela repressão. (...) Falávamos muito a palavra espaço, a expressão espaço político, como quem se sente como os que vão na frente durante a guerra dizendo: "pode vir, pode vir". Só que na hora em que o grosso do exército entra, a infantaria deixa de ter o sentido que teve. (Ignácio Delgado, entrevista de pesquisa).

1977 foi o ano que marcou de forma definitiva o retorno das lutas do movimento estudantil. O ME voltou às ruas realizando manifestações e seguiu um caminho importante que o levaria a reconstrução da UNE. Segundo Maria Helena Moreira Alves, as manifestações que ocorreram inicialmente em São Paulo, logo se espalharam por todo o país. Porém, mesmo com a repressão policial sofrida pelos estudantes, o Movimento Estudantil buscava formas de direcionar sua luta pela reconstrução da UNE.

A reorganização da UNE começou em 1977. Com uma série de manifestações e passeatas, primeiro em SP, posteriormente em todo o país. As manifestações dos estudantes em silêncio nas ruas de São Paulo sofreram violenta repressão policial, comandada pelo Coronel Erasmo Dias. No dia 22 de setembro de 1977, os estudantes realizaram assembléia secreta na Universidade Católica de São Paulo para eleger a comissão de representantes que se encarregaria da reorganização clandestina da UNE. (ALVES, 1984: 207).

Diante da análise da bibliografia sobre o tema e da análise das fontes documentais e orais, percebe-se que a reorganização do Movimento Estudantil iniciou-se em 1974, ainda de forma mais tímida, mas foi em 1977 que esta ganha projeção,

começando pelas ações iniciadas em São Paulo e depois se espalha como um efeito cascata por todo o país. Estas ações do Movimento Estudantil se demonstram como impulsionadoras de ações de outros movimentos sociais, que começam a sair do silenciamento e a retomar seu papel de protagonista social. Desta forma a geração estudantil de 1970 desempenha um papel importante na luta pelas liberdades democráticas, iniciando um momento de ressurgimento dos movimentos sociais no cenário brasileiro.

Através do contraste da memória e das demais fontes, percebe-se que o Movimento Estudantil atuou como protagonista na luta pelas liberdades democráticas no Brasil, tendo papel fundamental por iniciar um cenário de mobilização social e assim, impulsionando outros movimentos a se unirem na luta. Este papel de protagonista também pode ser percebido através da expressão que o mesmo possuía na imprensa, podendo assim ser considerado como o responsável por abrir às portas para a luta democrática e de oposição aos militares. Até 1978, não aparecem nas páginas dos jornais outro movimento articulado e atuante, evidenciando sua importância e destaque em detrimento de outros. O movimento docente, por exemplo, bem como o movimento operário, aparece nas páginas dos jornais a partir de 1978 ganhando o cenário e atuando também pelas liberdades democráticas, contudo, foi o movimento sindical que assumiu a liderança das lutas após a visibilidade que adquiriu a partir das greves de 1978.

Na memória de Flávio Bitarelo, o movimento estudantil também aparece como protagonista na luta pelas liberdades democráticas, antes do movimento operário, e entende que Juiz de Fora teve ações subsequentes às manifestações acontecidas na USP.

O Movimento Estudantil começou a arrombar os grilhões e as portas do regime militar, antes até do Movimento Operário, que tava asfixiado. A partir de 1975 começa uma série de manifestações e a universidade pelo Brasil, principalmente na universidade de Brasília e USP, Rio de Janeiro, já apareceu na UFMG e aqui em 1977 já chegou. Então nós fomos quase simultâneos aqui no Movimento Estudantil. Tinham muitas manifestações pela liberdade democrática. Aquele momento era a palavra de ordem que unificava todo mundo, de liberais até a esquerda. (Flávio Bitarelo, entrevista de pesquisa).

O movimento estudantil já iniciava uma série de ações desde 1974, buscando inicialmente como forma de buscar liberdade, organizar congressos e encontros, burlando a ditadura, na busca de reorganizar a UNE. Reorganizar sua entidade

representava claramente sua proposta de luta democrática, pois era necessário derrubar o decreto que colocava a UNE na ilegalidade, reconstruindo sua frente de luta e suas bases. Contudo, o Movimento Estudantil ganhou mais impulso após as mobilizações ocorridas em 1977 na USP, que refletiram-se simultaneamente por todo o país como uma grande onda que evidenciou o Movimento Estudantil como protagonista da luta que se fortificava.

José Pimenta atribuiu às mobilizações da USP, a organização de assembleias no Movimento Estudantil na cidade Juiz de Fora, onde o mesmo atuava como presidente do DCE, o que marcaria, assim como em âmbito nacional, o início de uma nova fase no ME local.

A gente começou a fazer assembléia, e começou a preparar as assembleias em função do movimento que foi puxado pela USP, a passeata da USP, famosa, de redemocratização. Uma passeata realizada da USP até o centro da cidade de São Paulo, até no largo da faculdade de Direito. No três de agosto, lá no centro de São Paulo. E aquilo foi uma coisa que teve repercussão, saiu pelo movimento no Brasil afora, a gente começou a fazer greve de solidariedade, movimento de solidariedade, as assembleias eram solidariedade ao movimento da USP. E essa solidariedade espalhou pelo Brasil todo. (José Pimenta, entrevista de pesquisa).

Como pode-se perceber, há uma consciência compartilhada por vários entrevistados, que indica para o fato de que, ao encaminharem suas ações no período, dentro do Movimento Estudantil, já havia uma idéia de que estavam marcando a história. Os entrevistados compartilham de um pensamento em que se caracterizam como uma geração combativa e responsável por abrir espaço na luta política para os demais sujeitos sociais, reforçando a imagem de que a geração de 1968, salvo todos os seus méritos, não obteve o êxito esperado e foi abafada pela repressão. Contudo, a geração de 1970 contribuiu efetivamente para o retorno das liberdades democráticas no Brasil, tornando-se assim, vitoriosa.

(...) que essa geração de 1977 foi pouco valorizada. Pouco valorizada. A geração de 68 é muito valorizada, com razão, mas a nossa ajudou a dar um empurrão na ditadura. Esta sensação eu tenho. Desde o começo em São Paulo, a gente deu trabalho pra ditadura. (...) apesar da passeata lá dos cem mil, nós não tivemos um ou dois, nos tivemos vários movimentos com muita gente, depois murchou, deu uma murchada, ali em 1979 – 1980, deu uma murchada, mas ali em 1977 – 1978 foi de lascar o negócio (Ignácio Delgado, entrevista de pesquisa).

Jorge Sanglard, apresenta em sua memória a ideia de que a geração de 1970 tinha características específicas ao seu tempo, que exigia uma postura de preparação, e que tinha consciência de que sua ação produzia história.

A nossa geração foi muito bem preparada não só para as lutas do Movimento Estudantil, pela prática do Movimento Estudantil, mas também para depois de sair da Universidade atuar com cidadania. Foi uma geração que se preparou. E a gente sabia que tinha que se preparar para enfrentar os novos desafios que vinham com a reconstrução democrática no Brasil. A geração que atuou no Movimento Estudantil da metade dos anos 1970 até meados dos anos 1980 foi levada a esse tipo de preparação porque sabia que, com o fim da ditadura, cada um a seu modo, ia ser protagonista de alguma forma (Jorge Sanglard, entrevista de pesquisa).

Beatriz Domingues, em sua memória apresenta a ideia de que, enquanto estudantes do final da década de 1970 e militantes do Movimento Estudantil, eles tinham consciência de sua ação de protagonistas da história.

Então tinha aquela, a gente sabia que tava participando assim, de um Woodstock, de algo que ia entrar pra história. Porque tem coisa que a gente participa que entra depois pra história e a gente não sabia, mas ali era uma consciência que a gente tava fazendo um gesto histórico. (Beatriz Domingues).

Diante destas memórias apresentadas aqui e que reivindicam seu espaço na história, a autora Elizabeth Jelin colabora na compreensão deste ponto. A mesma caracteriza a abertura política vivida em processos de transição democrática como um cenário de luta pelo sentido do passado. Assim, ao dividir sua memória para esta pesquisa, buscando firmar a identidade, os sujeitos também reclamam justiça, pois o reconhecimento de sua atuação no período de mudança política brasileira se torna uma demanda do presente. Os entrevistados mostram que, no contexto do processo de luta democrática, já se reconheciam como sujeitos da história, com um importante papel na luta política, e é o reconhecimento deste papel que eles reclamam no tempo presente.

Nesse contexto, surge uma questão central para a promoção de uma política do passado “não ingênuo”, em que são realizadas perguntas políticas sobre o passado que se estuda (LORENZ, 2007:25), e possa, assim, enfrentar um dos dilemas do trabalho com a memória: para que ou para quem são elaboradas as iniciativas de memória? Para quem ou para que se fala? É para o passado, para o presente ou para o futuro? Qual o objetivo da fala?

A partir dessas questões, evocamos uma análise a respeito dos entrevistados desta pesquisa. Não se fala para o passado ou mesmo para o presente. A intenção, sempre perceptível, é uma fala para o futuro, que visa construir uma versão legítima da história política brasileira, na qual os mesmos são protagonistas de uma luta vitoriosa pela democracia. A intenção de que uma história a partir de sua memória seja escrita, e assim legitimada, é um indicativo recorrente nas falas, sempre motivadas pela partilha da experiência vivida. Permeados de forte conteúdo político de posições ideológicas atuais, as entrevistas a necessidade de pensar e fazer perguntas políticas sobre esse passado e sobre o presente no qual estão inseridos os sujeitos desta pesquisa, para que assim seja capaz de construir uma história fidedigna e com análises coerentes.

Considerações finais

Pretendo aqui ponderar algumas considerações a cerca da pesquisa desenvolvida. Primeiramente, destaco que o Movimento Estudantil desempenhou um papel de primordial na luta pela democracia no Brasil. Apesar da abertura política surgir também dentro do seio do governo militar, a pressão desempenhada pelos movimentos sociais foi peça fundamental para o processo de retorno à democracia. O ME foi o primeiro movimento social a se reorganizar em âmbito nacional e a puxar a luta pela democracia. No período de 1974 até 1977, o Movimento ainda era tímido. Contudo, essa expressão nacional intensificada a partir de 1977, o ME ganha destaque e se torna protagonista na luta, tornando-se um sujeito atuante dentro da sociedade civil pelo fim da ditadura e retorno das liberdades democráticas. Este protagonismo dos estudantes também foi percebido através da repercussão que o mesmo possuía na imprensa local, onde verificamos que até 1979, o ME era o único movimento social a ganhar grande destaque nas paginas dos jornais. Não são apresentadas notícias referentes aos demais movimentos que só vão ganhar projeção na imprensa após 1978, em especial o movimento docente, o sindical e, posteriormente, os partidos políticos que se formaram.

No entanto, o Movimento Estudantil não permaneceu como protagonista ao longo de todo o período de transição democrática. Assinalo três momentos específicos. O primeiro, conforme dito acima, no qual o ME inicia de forma ainda tímida sua luta.

Um segundo momento, onde o movimento estudantil começa uma luta pelas liberdades democráticas, impulsionando outros movimentos da sociedade a se organizar e unir na luta contra os militares; e um terceiro momento caracterizado por um protagonismo do Movimento Sindical, a partir de 1980, marcado pela força que possuía em níveis de organização e impacto, que após as greves do ABC paulista em 1978 e 1979, assumiram a direção da luta dos movimentos sociais.

A mudança, porém, não ocorreu apenas por conta deste deslocamento de posições nas lutas pelas liberdades democráticas. Com esta pesquisa, pode-se afirmar que houve também uma mudança geracional e uma mudança de contexto político que afetou as lideranças do ME na passagem das décadas de 1970 para 1980. O fim do AI-5, a anistia política, o ressurgimento dos partidos políticos, a reconstrução da UNE, entre outras coisas, modificam o cenário trazendo à tona novos atores e nova conjuntura que leva os estudantes a uma nova postura. A mudança de postura das lideranças estudantis é perceptível no tocante à forma de encaminhamento de suas ações após 1980. Neste período, o ME assumiu uma característica de voltar-se para suas questões específicas, buscando envolver os estudantes que passavam por um momento de desmobilização. Esta desmobilização caracteriza uma diminuição da participação dos estudantes nas ações propostas pelo ME que muitas vezes ficaram esvaziadas.

Desta forma, concluo afirmando que a reivindicação apresentada pelos ex-militantes estudantis entrevistados nesta pesquisa, de uma necessidade de valorização do papel desempenhado pela juventude estudantil nos anos 1970 em contraposição à geração de 1968, necessita ser reconhecida em âmbito da academia. A geração de 1970, diferentemente da geração anterior, foi vitoriosa na sua luta pelas liberdades democráticas e precisa ser vista como tal.

Sendo assim, o Movimento Estudantil, sujeito desta pesquisa, no final da década de 1970 e início de 1980, desempenhou um papel importante no processo de luta pela democracia. Agregando lutas específicas dos estudantes sempre ao ideal da luta pela liberdade democrática, os estudantes, através do ME, foram sujeitos de transformação social. Apesar da democracia em si só ter sido concretizada no final da década de 1980 efetivamente no Brasil, todo o processo vivido e aqui narrado foi elemento essencial para a construção da democracia brasileira.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. *Movimento estudantil e a consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ALVES, M. H. M. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

ARAÚJO, Maria Paula; SEPÚLVEDA, Myrian. História, memória e esquecimento: implicações políticas. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, 2007.

ARAÚJO, Maria Paula N.. *A utopia fragmentada: As novas esquerdas no Brasil e no mundo da década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ARAÚJO, Maria Paula N.. *Memórias estudantis – Da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007a.

ARAÚJO, Maria Paula N. Lutas democráticas contra a ditadura. In.: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs). *Revolução e democracia (1964 - ...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.

ARAÚJO, M.P.N. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In.: REIS, D. A. (org.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

BOSCHI, Renato Raul. *A arte da associação: Política de base e Democracia no Brasil*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1987.

BOOBIO, Nobert. *Direita e Esquerda*. São Paulo: UNESP, 2001.

BOOBIO, Nobert. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UnB, 13ª Ed., Vol. 2, 2007.

BOSI, Ecléa *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos*. SP: Companhia das Letras, 1995.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. *Empresariado e estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974 – 1977)*. São Paulo: FAPESP, 1995.

GOMES, Angela Castro (coord.). *Velhos Militantes*. RJ, Jorge Zahar, 1988.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990

JELIN, Elizabeth: *Los Trabajos de la memoria*. Colección Memorias de la represión. Siglo veintiuno de Argentina editores

MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil dos anos 1960. In.: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs).. *Revolução e democracia (1964 - ...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. As esquerdas no Brasil; v.3.

POLLAK, Michael, *Memória, esquecimento e silêncio*. Estudos Históricos, RJ, 1989.

REIS, Daniel Aarão e MOTTA, Marcelo Ridenti (orgs). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. SP: EDUSC, 2004.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005, 3ª Ed.

SADER, Emir (org.). *Movimentos Sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987.

SARLO, Beatriz. “*Tiempo Pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión*”. Siglo Veinteuno editores Argentina, 2007